

PASSIVOS AMBIENTAIS

GUIA METODOLÓGICO PARA A IDENTIFICAÇÃO DE NOVOS PASSIVOS AMBIENTAIS



Amadora, junho de 2016

Índice

1. ENQUADRAMENTO	3
2. METODOLOGIA	4
3. REQUISITOS DOS POTENCIAIS CANDIDATOS	6
3.1. <i>ELEGIBILIDADE COMO ENTIDADES BENEFICIÁRIAS.....</i>	<i>6</i>
3.2. <i>IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR.....</i>	<i>7</i>
3.3. <i>AValiação QUALITATIVA DE RISCO.....</i>	<i>11</i>
3.4. <i>AValiação QUANTITATIVA DE RISCO.....</i>	<i>14</i>
3.5. <i>ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES.....</i>	<i>16</i>
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17

1. ENQUADRAMENTO

O Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 assumiu a possibilidade de candidatura a fundos comunitários para a recuperação dos passivos ambientais industriais identificados no Documento Enquadrador do POVT – Eixo Prioritário III – Recuperação do Passivo Ambiental, de 2008, e seu aditamento, de 2011.

No atual Quadro Comunitário, aplicável ao horizonte 2014-2020, o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) veio, por um lado, dar continuidade ao Quadro anterior, possibilitando a prossecução da recuperação dos passivos ambientais já identificados e, por outro, permitir a recuperação de novos passivos ambientais industriais, diagnosticados no horizonte do Programa, doravante designados **novos passivos ambientais**.

Nesta sequência, o presente **guia** visa estabelecer a **metodologia para identificação de novos passivos ambientais**, para efeitos de uma possível candidatura ao PO SEUR.

2. METODOLOGIA

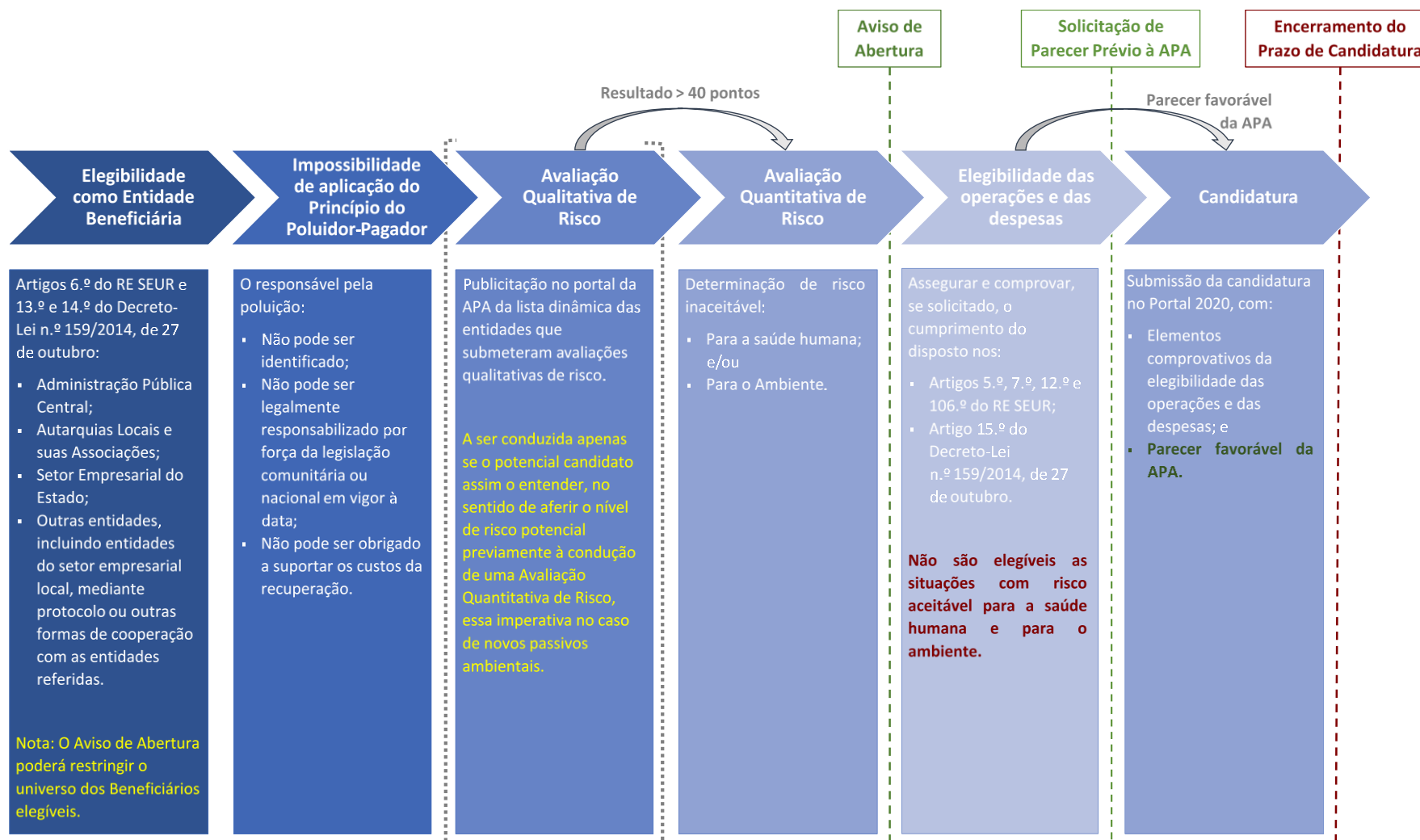
A Figura 1 apresenta, de forma esquemática, a **metodologia para identificação de novos passivos ambientais**, contemplando as seguintes fases:

- i) Enquadramento como entidade beneficiária elegível, nos termos do previsto no artigo 104.º do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (RE SEUR), adotado pela Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, na atual redação, a avaliar pelo próprio, isto é, pelo potencial candidato, e a verificar pelo PO SEUR por ocasião da análise da respetiva candidatura;
- ii) Avaliação pelo potencial candidato da impossibilidade de aplicação do princípio do poluidor-pagador, tendo em consideração a definição constante na alínea dd) do artigo 2.º do RE SEUR (poluidor não identificável; responsabilidade não lhe ser imputável por força da legislação comunitária ou nacional em vigor à data; ou o poluidor não poder ser obrigado a suportar os custos da recuperação), com recolha de todos os elementos comprovativos, a validar pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), aquando do pedido de emissão de parecer prévio para efeitos de candidatura ao PO SEUR, conforme previsto na alínea a) do artigo 105.º do RE SEUR;
- iii) Submissão à APA de uma Avaliação Qualitativa de Risco, facultativa, para uma aferição do risco potencial existente;
- iv) Os potenciais candidatos, cujos locais apresentem uma Avaliação Qualitativa de Risco com um resultado superior a 40 pontos, prosseguirão, para efeitos da concretização de uma candidatura, com uma Avaliação Quantitativa de Risco, para confirmação da existência de risco inaceitável para a saúde humana e/ou para o ambiente, a validar pela APA, aquando do pedido de emissão de parecer prévio para efeitos de candidatura ao PO SEUR, previsto na citada alínea a) do artigo 105.º do RE SEUR. Referir que locais cuja Avaliação Qualitativa de Risco tenha um resultado inferior a 40 pontos terão menor probabilidade de vir a configurar situações de risco inaceitável para a saúde humana e/ou para o ambiente;
- v) Compilação dos elementos para instrução da candidatura ao PO SEUR, de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e nos termos e condições fixadas nos Avisos a publicar oportunamente pela Autoridade de Gestão do PO SEUR, de modo a comprovar a elegibilidade das operações e das despesas.

O cumprimento destas fases garantirá que os potenciais candidatos reúnem as condições necessárias, para submissão da sua candidatura ao PO SEUR.

Nos capítulos seguintes, são pormenorizadas as fases acima indicadas.

Figura 1 – Esquema geral da metodologia para identificação de Novos Passivos Ambientais



3. REQUISITOS DOS POTENCIAIS CANDIDATOS

As entidades que pretendam ser beneficiárias do *PO SEUR – Recuperação de Passivos Ambientais Industriais*, mais concretamente as elegíveis no âmbito do *Eixo Prioritário 3 – Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos, Secção do Regulamento Específico 15 – Recuperação de passivos ambientais, Tipologia de Intervenção 17 – Regeneração de instalações industriais abandonadas, Domínio de Intervenção 089 – Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados, Objetivo Específico 1 – Recuperação de passivos ambientais localizados em antigas unidades industriais, mitigando o seu efeito sobre o ambiente, Prioridade de Investimento 6.v – Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído*, devem dar cumprimento, designadamente, aos seguintes requisitos:

3.1. ELEGIBILIDADE COMO ENTIDADES BENEFICIÁRIAS

De acordo com o disposto no artigo 104.º do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR), publicado através da Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, são **beneficiários** os seguintes tipos de entidades:

- a. Administração Pública Central;
- b. Autarquias Locais e suas Associações;
- c. Setor Empresarial do Estado;
- d. Outras entidades, incluindo entidades do setor empresarial local, mediante protocolo ou outras formas de cooperação com as entidades referidas nas alíneas anteriores.

Estas entidades podem submeter operações em parceria, devendo para tal, designar um líder que assumirá perante a Autoridade de Gestão o estatuto de beneficiário, independentemente das relações que o mesmo estabelecer com os outros parceiros na operação.

Mais referir que o Aviso de Abertura poderá restringir o universo dos beneficiários elegíveis suprarreferidos.

Para efeitos de admissão da candidatura, é ainda exigível que a entidade declare, conforme disposto no artigo 6.º do RE SEUR, *“não ter salários em atraso, reportados à data da apresentação da candidatura ou até ao momento da assinatura do termo de aceitação caso a candidatura seja aprovada”*, podendo no âmbito do Aviso, vir a ser notificada para comprovar o cumprimento dos critérios previstos nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, para o período de programação 2014-2020.

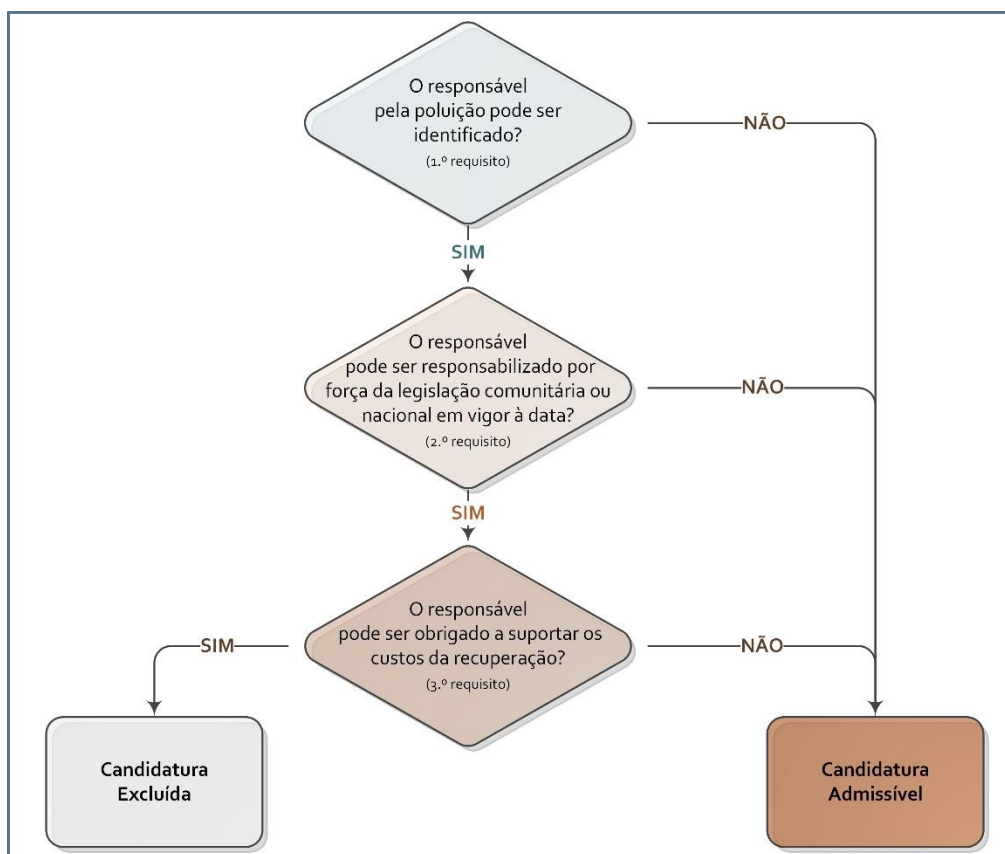
Pelo acima exposto, ficam **excluídas as entidades insolventes**, por não terem acolhimento nos preceitos legais mencionados.

3.2. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR

O princípio do poluidor-pagador é definido na alínea dd) do artigo 2.º do RE SEUR, conforme *“previsto no Enquadramento Comunitário dos Auxílios Estatais a favor do ambiente (2008/C 82/01), que estipula que os custos da luta contra a poluição devem ser imputados ao poluidor que a provoca, exceto quando o responsável pela poluição não possa ser identificado ou não possa ser responsabilizado por força da legislação comunitária ou nacional ou não possa ser obrigado a suportar os custos da recuperação. Neste contexto, entende-se por poluição a degradação do ambiente causada, direta ou indiretamente, pelo poluidor ou a criação de condições conducentes à sua degradação no meio físico ou nos recursos naturais”*.

Apresenta-se na Figura 2, de forma esquemática, a verificação da aplicabilidade do princípio do poluidor-pagador para efeitos de elegibilidade enquanto novo passivo ambiental.

Figura 2 – Esquema para verificação do cumprimento do princípio do poluidor-pagador para elegibilidade de candidatura ao PO SEUR enquanto Novo de Passivo Ambiental



Para efeitos de emissão de parecer prévio para instrução de uma candidatura ao PO SEUR, o potencial candidato deve apresentar à APA declaração devidamente fundamentada, anexando documentação que justifique e comprove a impossibilidade de aplicação do princípio do poluidor-pagador, demonstrando que pelo menos um dos requisitos da definição constante da alínea dd) do artigo 2.º do RE SEUR, esquematicamente apresentados na Figura 2, não é aplicável.

1.º Requisito: O responsável pela poluição pode ser identificado?

É possível identificar de forma inequívoca qual foi a entidade (ou entidades), individual ou coletiva, que causou a poluição que se pretende descontaminar com a presente candidatura?

Para este efeito é necessário ser identificado pelo potencial candidato, com base em relatórios técnicos, outros documentos oficiais (caso existam) ou através de declaração da entidade candidata, o passivo em causa, a data da sua constituição, a entidade que operava no local e que causou o passivo, a área de intervenção, bem como as diligências efetuadas para a identificação do eventual poluidor.

Caso a resposta a esta questão seja negativa, considera-se não ser possível aplicar o princípio do poluidor-pagador, pelo que a análise fica concluída, sendo a candidatura admissível. No caso da resposta a esta questão ser afirmativa deve passar para a análise do segundo requisito constante na definição do princípio do poluidor-pagador (Figura 2).

2.º Requisito: O responsável pela poluição pode ser responsabilizado por força da legislação comunitária ou nacional em vigor à data?

Os atos que originaram a poluição que se pretende descontaminar com a presente candidatura foram realizados em momento anterior à existência de legislação ambiental que obrigasse a uma atuação de forma distinta da que foi realizada?

Os elementos referidos no requisito anterior são também relevantes para a resposta a esta questão. Neste caso importará avaliar se:

- À data de ocorrência da contaminação não havia legislação nacional ou comunitária que obrigasse o operador a práticas ambientalmente mais sustentáveis (nomeadamente Lei de Bases do Ambiente, legislação específica sobre gestão de resíduos e/ou de águas residuais, entre outras); ou
- O conhecimento científico à data do acontecimento ou emissão não permitia prever que dele resultasse uma situação de contaminação.

Caso a resposta a esta questão seja negativa, considera-se não ser possível aplicar o princípio do poluidor-pagador, pelo que a análise fica concluída, sendo a candidatura admissível. No caso da resposta a esta questão ser afirmativa, deve passar para a análise do terceiro requisito constante na definição do princípio do poluidor-pagador (Figura 2).

3.º Requisito: O responsável pela poluição pode ser obrigado a suportar os custos da recuperação?

- i) A entidade que causou a poluição que se pretende descontaminar com a presente candidatura é ainda uma entidade existente?*
- ii) É possível imputar, do ponto de vista jurídico, responsabilidades à entidade que causou a poluição que se pretende descontaminar com a candidatura?*

Caso a resposta a uma ou a ambas as questões formuladas seja negativa, considera-se não ser possível aplicar o princípio do poluidor-pagador, pelo que a análise fica concluída, sendo a candidatura admissível (Figura 2).

Confirmada a impossibilidade de aplicação do princípio do poluidor-pagador, o potencial candidato deve anexar juntamente com o pedido de emissão de parecer prévio à APA, a documentação que justifique e comprove a impossibilidade de aplicação do princípio do poluidor-pagador, designadamente, e em função do que for relevante:

- Histórico do estabelecimento (proprietários, operadores, atividades desenvolvidas, período de laboração do estabelecimento em nome do atual e anteriores operadores, data de cessação da última atividade);
- Período de deposição de resíduos (datas de início e fim) e sua localização geográfica;
- Período de rejeição de águas residuais no solo (datas de início e fim);
- Classificação (códigos LER) e origem dos resíduos, com indicação do processo associado à sua produção, se relevante e disponível;
- Avaliação da natureza da contaminação;
- Enquadramento da(s) situação(ões) à luz do normativo legal em vigor à data da(s) ocorrência(s) e demonstração do cumprimento das normas vigentes.

3.3. AVALIAÇÃO QUALITATIVA DE RISCO

Os potenciais candidatos a financiamento de novos passivos ambientais podem submeter à APA uma Avaliação Qualitativa de Risco, contemplando uma caracterização da contaminação existente, da envolvente e da potencial exposição, através do preenchimento da matriz de avaliação, apresentada na Tabela 1, disponível para *download* no sítio da *internet* da APA. A matriz devidamente preenchida deverá ser submetida à APA, de forma desmaterializada, através do seguinte endereço: novos.passivos@apambiente.pt. O risco potencial é calculado através do somatório da pontuação ponderada atribuída à informação submetida pelo potencial candidato. Esta lista, dinâmica e atualizada automaticamente, à medida que são submetidas novas Avaliações Qualitativas de Risco cumprindo o critério infra, será divulgada no sítio da *internet* da APA.

Os locais cujas avaliações obtenham um resultado superior a 40 pontos (num total de 100) serão potenciais novos passivos ambientais, a confirmar mediante uma Avaliação Quantitativa de Risco, prevista na fase seguinte.

Referir que a submissão da Avaliação Qualitativa de Risco não é obrigatória, mas permitirá avaliar de uma forma expedita e sem que tal onere os potenciais candidatos, o risco potencial existente, antes de decidirem prosseguir para a realização de uma Avaliação Quantitativa de Risco.

Tabela 1 – Avaliação Qualitativa de Risco

Parâmetro	Ponderação	Nº	Critério	Avaliação do critério	Assinalar a(s) opção(ões) aplicável(eis)
Caracterização da Contaminação	40%	1	Qual a quantidade estimada de resíduos perigosos (Q_{RP}) existentes no local? Anexar listagem com a informação disponível relativa aos resíduos perigosos presentes no local, respetivo código LER, quantidade estimada, estado físico, forma de acondicionamento e condições de armazenamento ou deposição.	$Q_{RP} < 50$ t	
				$50 \text{ t} \leq Q_{RP} < 250$ t	
				$250 \text{ t} \leq Q_{RP} < 1000$ t	
				$1000 \text{ t} \leq Q_{RP} < 2500$ t	
				$2500 \text{ t} \leq Q_{RP} < 5000$ t	
				$Q_{RP} \geq 5000$ t	
		2	Qual o estado físico em que se encontram os resíduos perigosos existentes no local?	Não existem resíduos perigosos, ou os mesmos somam, na totalidade, uma quantidade estimada inferior a 50 toneladas	
				A totalidade dos resíduos perigosos encontra-se em estado gasoso	
				Da totalidade de resíduos perigosos em estado sólido, líquido e pastoso, estima-se que mais de 50%, em massa, encontra-se em estado sólido	
				Da totalidade de resíduos perigosos em estado sólido, líquido e pastoso, estima-se que mais de 50%, em massa, encontra-se em estado líquido ou pastoso	
		3	Onde se encontram os resíduos perigosos?	Os resíduos perigosos encontram-se maioritariamente localizados em área coberta e impermeabilizada	
				Os resíduos perigosos encontram-se maioritariamente localizados em área coberta e não impermeabilizada	
				Os resíduos perigosos encontram-se maioritariamente localizados em área não coberta e impermeabilizada	
				Os resíduos perigosos encontram-se maioritariamente localizados em área não coberta e não impermeabilizada	
		4	Potencial contaminação do solo	A(s) concentração(ões) do(s) contaminante(s) é(são) superior(es) ao(s) valor(es) de referência estabelecido(s) nas Normas de Ontário	
				Conhece(m)-se o(s) contaminante(s), mas desconhece(m)-se a(s) sua(s) concentração(ões)	
				Desconhecem-se os contaminantes	
		5	Estimativa da área de solo afetada (A_s)	$A_s > 20$ ha	
				$5 \text{ ha} < A_s \leq 20$ ha	
				$A_s \leq 5$ ha	
				Não aplicável, porque o solo não foi afetado	

Caracterização da Contaminação	40%	6	Potencial contaminação da água subterrânea	A(s) concentração(ões) do(s) contaminante(s) é(são) superior(es) à(s) Norma(s) de Qualidade Ambiental ou ao(s) Limiar(es) de Qualidade Ambiental definido(s) no respetivo Plano de Gestão de Região Hidrográfica	
				Conhece(m)-se o(s) contaminante(s), mas desconhece(m)-se a(s) sua(s) concentração(ões)	
				Desconhece-se se houve contaminação da água subterrânea	
				A(s) concentração(ões) do(s) contaminante(s) é(são) inferior(es) ou igual(ais) à(s) Norma(s) de Qualidade Ambiental ou ao(s) Limiar(es) de Qualidade Ambiental definido(s) no respetivo Plano de Gestão de Região Hidrográfica	
Caracterização da Envolvente *	20%	7	Permeabilidade do solo	Predominantemente alta permeabilidade (cascalho, areia, rochas ígneas e metamórficas muito fraturadas, basalto permeável, calcário cársico)	
				Predominantemente média permeabilidade (silte, arenito, areia siltosa/silte arenoso, calcários e dolomitos)	
				Predominantemente muito baixa e/ou baixa permeabilidade (argilas, rochas ígneas e metamórficas sãs, xisto)	
		8	Profundidade do nível freático (P_{NF}) do aquífero superior	$P_{NF} \leq 5$ m $5 \text{ m} < P_{NF} \leq 15$ m $15 \text{ m} < P_{NF} \leq 30$ m $P_{NF} > 30$ m	
Exposição Potencial *	40%	9	Captações de água subterrânea a menos de 250 m do local (incluindo as captações do próprio local ou de uso privado, se existirem)	Existem e a água é usada para consumo humano	
				Existem e a água é usada para outros fins que não o consumo humano	
				Existem mas não têm uso	
				Não existem	
		10	Recursos hídricos superficiais (RH_{sup}) (mar, lagos, albufeiras, rios, ribeiras, linhas de água, etc.) na envolvente do local	$RH_{sup} \leq 30$ m	
				$30 \text{ m} < RH_{sup} \leq 50$ m	
				$50 \text{ m} < RH_{sup} \leq 100$ m	
				$100 \text{ m} < RH_{sup} \leq 500$ m	
		11	Ocupação humana (O_h) (escolas, hospitais, zonas residenciais, zonas históricas, recreativas ou de lazer) na envolvente do local	$RH_{sup} \geq 500$ m	
				$O_h \leq 200$ m	
				$200 \text{ m} < O_h \leq 500$ m	
				$500 \text{ m} < O_h \leq 1000$ m	
		12	Áreas classificadas (A_c) de acordo com o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) na envolvente do local	$O_h \geq 1000$ m	
				$A_c \leq 30$ m	
				$30 \text{ m} < A_c \leq 500$ m	
				$500 \text{ m} < A_c \leq 1000$ m	
				$A_c \geq 1000$ m	

* **Nota:** Relativamente à caracterização da envolvente e exposição potencial, a informação relativa: i) profundidade do nível freático (P_{NF}) do aquífero superior, ii) áreas classificadas (A_c) de acordo com o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), iii) captações licenciadas de água de abastecimento público superior a 1000 habitantes, e iv) recursos hídricos superficiais (RH_{sup}), pode ser obtida pela consulta ao Sistema Nacional de Informação de Ambiente (SNIAMB), em [http://sniamb.apambiente.pt/ProSolos Envolvente/](http://sniamb.apambiente.pt/ProSolos%20Envolvente/). (Para instruções mais detalhadas consultar Guia de apoio ao preenchimento [carregando aqui](#)).

3.4. AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE RISCO

Os potenciais candidatos de um novo passivo ambiental devem submeter à APA, para efeitos de emissão de parecer prévio para instrução de candidatura ao PO SEUR, uma Avaliação Quantitativa de Risco para a saúde humana e para o ambiente, demonstrativa da existência de risco inaceitável, tendo em consideração o uso atual e/ou previsto do solo.

Esta Avaliação deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

A. Enquadramento e objetivos.

B. Plano de Amostragem, com a identificação e quantificação dos contaminantes presentes no solo e na água, e sua distribuição espacial, em extensão e profundidade.

C. Análise de risco para a saúde humana:

- a) Análise da exposição (identificação, propriedades físico-químicas e toxicológicas dos contaminantes, e respetiva concentração a que os recetores estão ou poderão estar expostos tendo em conta o uso atual e/ou previsto do solo):
 - i) Descrição da envolvente de exposição (parâmetros físicos, recetores expostos e seus padrões de atividade);
 - ii) Definição dos cenários de exposição (identificação das fontes de contaminação, incluindo análise de eventuais mecanismos de degradação e transporte, do meio afetado, dos pontos de exposição e das vias potenciais de exposição);
 - iii) Dose de exposição (concentração de exposição através do solo, água, ar ou por ingestão de alimentos para cada cenário avaliado, frequência e duração da exposição, taxas de contacto, massa corporal e período médio de exposição dos recetores expostos ou que possam vir a estar expostos);
- b) Análise da toxicidade (recolha de dados toxicológicos quantitativos e qualitativos, e seleção dos valores toxicológicos adequados):
 - i) Efeitos adversos para a saúde humana causados por cada contaminante;
 - ii) Relação entre a dose de exposição e os efeitos adversos;
 - iii) Incertezas associadas aos dados toxicológicos disponíveis;

c) Caracterização e quantificação do risco, combinando os resultados da análise da exposição e da análise da toxicidade:

- i) Cálculo do risco por exposição a contaminantes individuais (cancerígenos e não cancerígenos);
- ii) Cálculo do risco por exposição a múltiplos contaminantes para uma via de exposição concreta (considerando o risco acumulado para contaminantes cancerígenos e para não cancerígenos);
- iii) Cálculo do risco combinado através de várias vias de exposição (considerando o risco acumulado para contaminantes cancerígenos e para não cancerígenos);
- iv) Análise de incertezas.

D. Análise de risco para o ambiente:

- a) Abrangência da análise de risco, com seleção dos contaminantes relevantes;
- b) Análise da exposição (identificação dos contaminantes e respetiva concentração a que os recetores estão ou poderão estar expostos tendo em conta o uso atual e/ou previsto do solo);
- c) Análise da toxicidade (caracterização toxicológica dos contaminantes identificados, cálculo da concentração sem efeitos adversos previsíveis);
- d) Caracterização e quantificação do risco, incluindo uma análise de incertezas.

E. Conclusões:

Que deverão refletir, designadamente, se o risco é aceitável ou inaceitável para a saúde humana e/ou para o ambiente.

Para o efeito considera-se que:

- a) O risco é inaceitável para a saúde humana quando:
 - i) Para substâncias cancerígenas, a frequência esperada de manifestação de cancro na população exposta é superior a um em cada cem mil casos;
 - ii) Para substâncias com efeitos sistémicos, para cada substância, o quociente entre a dose de exposição a longo prazo e a dose máxima admissível é superior à unidade.
- b) O risco é inaceitável para o ambiente quando, para cada substância, o quociente entre o nível de exposição, expresso em concentração, e o valor limite ecotoxicológico, definido pela concentração máxima para a qual não se esperam efeitos sobre os organismos, é superior à unidade.

F. Referências Bibliográficas.

Anexos:

Plantas com localização geográfica; envolvente e usos do solo; localização dos pontos de amostragem; zonas de afetação nos diferentes cenários considerados e distribuição da afetação no subsolo e/ou nas águas subterrâneas;

Modelo conceptual consolidado, contemplando uma descrição, escrita e esquemática, das condições do local, identificando as fontes de contaminação, os contaminantes e as suas vias de migração, os recetores e as vias de exposição consideradas.

De referir que, o resultado da Avaliação Quantitativa de Risco será tomado em consideração na avaliação do mérito da candidatura ao PO SEUR, sendo ponderado de forma decrescente pela seguinte ordem:

- Risco inaceitável para a saúde humana e para o ambiente;
- Risco inaceitável para a saúde humana (e aceitável para o ambiente);
- Risco inaceitável para o ambiente (e aceitável para a saúde humana).

Mais, salientar que, se a candidatura ao PO SEUR for aprovada, a Avaliação Quantitativa de Risco poderá ser objeto de financiamento por parte do PO SEUR, enquadrada na tipologia de despesa elegível prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do RE SEUR *“Realização de estudos, planos, projetos, atividades preparatórias e assessorias diretamente ligados à operação, incluindo a elaboração da Análise Custo-Benefício, quando aplicável”*.

3.5. ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES

Apenas são elegíveis as operações em que se tenha verificado e demonstrado a impossibilidade de aplicação do princípio do poluidor-pagador, atestado no parecer favorável emitido pela APA, consubstanciada pela declaração e documentação apresentada pelos potenciais candidatos, sendo avaliada a sua conformidade com os critérios descritos no artigo 5.º do RE SEUR.

Mais referir que não serão consideradas elegíveis as situações com risco aceitável para a saúde humana e para o ambiente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este guia visa suportar a instrução de eventuais candidaturas ao PO SEUR para a recuperação de locais contaminados identificados como novos passivos ambientais, em resultado de atividades industriais, atualmente desativadas ou abandonadas, que exijam uma resolução urgente, na medida em que i) comportem riscos inaceitáveis para a saúde humana e/ou para o ambiente, e ii) não seja viável a aplicação do princípio do poluidor-pagador.

Considera-se que a aplicação e desenvolvimento das etapas descritas neste guia facilitarão a boa instrução das candidaturas, por parte dos potenciais candidatos.